ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 23 DE FEVEREIRO DE 2006

ACTA Nº 05

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de dois mil e seis, pelas 21,20 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do art.º. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

2 – Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Palmela

3 – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Palmela – Designação de Representantes (4)

4 – Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Palmela – Designação de cidadãos (máximo de 20)

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Carla Sofia Oliveira do PS

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

Solicita à Assembleia a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Agradece a presença do público presente e aproveita para informar que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção.

Sr. Presidente da Mesa pergunta se algum munícipe quer intervir.

Não havendo intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** dá início ao período de Antes da Ordem do Dia.

Sr. Presidente da Mesa dá a palavra aos Membros da Assembleia Municipal que queiram intervir.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS saúda os presentes na Sala.

Refere-se a um artigo do Sr. Vereador José Braz Pinto publicado na imprensa com o título "Gato escondido com o rabo de fora".

Menciona que o artigo reporta-se aos Protocolos de descentralização de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia do concelho e deve ser do conhecimento dos Srs. Membros da Assembleia Municipal.

Dá-se, desde já, como dado adquirido a entrada em vigor dos Protocolos que ainda faltam ser celebrados com a Câmara. Não está em causa um problema financeiro, mas sim um problema de transferência de poderes e de competências.

Chama a atenção dos presentes de que há regras que balizam a actuação democrática de todos e, neste caso, o seu entendimento e o entendimento da bancada do PS é o de se tratar de uma distracção grosseira, porque os Protocolos têm de ser obrigatoriamente submetidos à Câmara e à Assembleia Municipal para serem validados e produzirem efeitos, e não foi isto o que aconteceu.

Não se pode desvalorizar o órgão Assembleia Municipal com competências perfeitamente definidas na lei.

Fica registada uma expressão de protesto do PS, por esta actuação que, seja de que Partido for, no caso em apreço da CDU, com vasta experiência na vida autárquica e na governação autárquica deste concelho, comete erros grosseiros que levam a uma forma irredutível de desclassificação do órgão Assembleia Municipal.

Sr. Carlos José Guinote do BE cumprimenta os presentes.

Pretende formular uma proposta verbal. Considerando que o Boletim Municipal expressa o trabalho do Executivo e se destina a esclarecer os cidadãos relativamente ao desempenho autárquico, *o Bloco de Esquerda sugere que o Boletim Municipal contenha igualmente a posição dos demais Partidos*, para além dos da maioria CDU.

Justifica que o Boletim deve ser por excelência um órgão de informação da posição dos Eleitos, quer da Câmara Municipal, quer da Assembleia Municipal, pelo que pede a aceitação da sua proposta verbal.

Questiona a Sr.ª. Presidente sobre *o ponto de situação da urbanização em Algeruz e se, efectivamente, a obra foi embargada pelo Tribunal*.

Já por diversas vezes tem acontecido no concelho de Palmela o *abate de sobreiros* para se construir em seu lugar. Pretende saber se não poderá ser encontrada uma solução alternativa para este facto.

Esta situação está a acontecer frente a fábricas do Parque das Carrascas e já aconteceu em Águas de Moura e Algeruz.

O **Sr. Presidente da Mesa** considera aceite a proposta verbal apresentada pelo Sr. Carlos José Guinote.

Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete da CDU cumprimenta os presentes.

Refere-se à *intervenção do Sr. Dr. Miranda Lemos do PS sobre o artigo "Gato escondido com o rabo de fora".*

Sobre esta situação refere verificar-se um mau perder do PS em relação à Junta de Freguesia de Palmela.

Pela sua declaração depreende-se que deve ser a Assembleia Municipal a tutelar a Junta de Freguesia de Palmela. O facto é que qualquer Junta de Freguesia é um órgão autárquico próprio. As Assembleias de Freguesia são democraticamente eleitas e é nesse espaço que deve ser debatido o tipo de situação apresentada.

Crê que todos os Partidos Políticos representados na Assembleia Municipal, com excepção do BE, estão representados na Assembleia de Freguesia de Palmela e é nesse órgão que este tipo de questões devem ser colocadas.

É inaceitável trazer para a Assembleia Municipal a questão dos Protocolos que respeita a dois órgãos autárquicos: Junta de Freguesia e Câmara Municipal; a seu tempo a Assembleia Municipal pronunciar-se-á relativamente aos mesmos.

Sr. Carlos Miguel Vitorino do PSD saúda o Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara, Membros da Assembleia, Vereadores, Público, Funcionários e Comunicação Social presente.

Considera que a *proposta apresentada pelo Sr. Carlos José Guinote* tem pertinência, não se traduzindo no Boletim Municipal a ideia dos Partidos, mas sim a opinião dos Eleitos .

Desconhece se o Estatuto da Oposição não terá tal possibilidade consignada.

Em seu entender este é um assunto que pode ser aprofundado e debatido entre todos os Eleitos.

Outra questão que pretende abordar é a seguinte:

- A publicação da Câmara Municipal *"Catavento"* (folheto informativo das actividades culturais, recreativas e desportivas) é recebida em sua casa quando a primeira semana do mês a que se reporta já está passada.

Seria conveniente que esta publicação fosse distribuída pelos Munícipes atempadamente para não se perder a primeira semana da programação.
Deixa esta chamada de atenção.

Sr. Engº. Carlos Alberto Martins do PS cumprimenta o Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, Membros da Assembleia Municipal e Concidadãos em geral.

Apresenta as seguintes questões:

Critica negativamente a Câmara em relação a algum do trabalho que desenvolve na freguesia de Quinta do Anjo, concretamente:

- Mora em Cabanas, na Rua Camilo Castelo Branco, n.º 12.
- Ao longo de anos tem vindo a assistir a várias construções e duas delas são graves, porque são atentatórias do ambiente, da boa qualidade de vida e da boa relação que cada cidadão deve ter com o espaço onde vive.
- É espantoso como a fiscalização da Câmara não actua em situações destas.
- Assim passa a descrever:

1. Numa das *ruas projectadas à Rua Camilo Castelo Branco a rua é um beco sem saída*; no final dessa rua havia um espaço em rotunda que possibilitava a inversão de marcha. Sucede que os moradores se foram apropriando da rotunda e caso uma ambulância ou carro de bombeiros necessite entrar na rua fica impossibilitado da manobra para voltar atrás.

Muito gostaria que os serviços da Câmara verificam-se esta e outras situações semelhantes para que a qualidade do espaço seja preservado e o perigo evitado.

2. Ao *cimo da Rua Camilo Castelo Branco está em construção uma moradia* (não assinalada do ponto de vista legal) tendo-se já cortado uma parte da serra muito significativa.

Nesta zona não há uma conformidade do tipo de construções que vão sendo executadas.

Este fórum não serve só para a discussão política e confrontação partidária. As questões que apresenta são de competência, de rigor e de qualidade de vida e devem servir para que os Munícipes possam viver satisfeitos na sua freguesia.

3. Realça como positivo o facto do *apoio prestado pela Câmara Municipal de Palmela ao Quintajense Futebol Clube* pela oportunidade de, mais uma vez, através da Federação Portuguesa de Atletismo e da Associação de Atletismo de Setúbal, realizar nos próximos dias 4 e 5 de Março o Meeting Internacional de Lançamentos.

É uma prova muito interessante do ponto de vista desportivo e cultural e muito importante para a freguesia.

Enaltece o apoio despendido pela Autarquia em prol do desenvolvimento do desporto e a bem da freguesia.

Em *aditamento à intervenção do Sr. Membro da Assembleia, Carlos Vitorino*, o **Sr. Dr. Miranda Lemos do PS** refere que o Estatuto da Oposição vem perfeitamente definido na lei e de todas as forças políticas representadas neste órgão o PS é a única que de facto possui o Estatuto da Oposição claramente definido.

Quanto *à proposta do Sr. Carlos José Guinote do BE*, o **Sr. Dr. Miranda Lemos do PS** subscreve inteiramente a proposta.

Considera que seria de facto importante que a Câmara Municipal tornasse realidade esta questão e dê voz escrita às intervenções de todas as forças políticas representadas nos órgãos municipais.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU cumprimenta o Presidente da Mesa, Presidente da Câmara e Executivo Municipal, Membros da Assembleia, Senhoras e Senhores presentes na Sala e Comunicação Social.

O **Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU** refere que antes de finalizar o ano 2005 teve ocasião de trazer à coacção deste órgão, algumas questões que considerou serem assuntos que não requeriam de avultadas verbas para serem solucionados, designadamente:

1. Referenciou o atraso no início das infra-estruturas do Bairro Mesquita;
2. Referiu-se ao Arco Ferroviário – cantaria - (elemento de extraordinária importância patrimonial da memória ferroviária para os pinhalnovenses);
3. Referenciou a necessidade de iluminação pública na Praça da Independência, em Pinhal Novo;
4. Referiu-se ao aglomerado de Rio Frio pelo seu valor patrimonial.

Decorreram alguns meses sobre o seu alerta relativamente a várias questões que apresentou e é justo que seja feita uma avaliação. Nestes termos:

- Saúda o Executivo Municipal pelas medidas tomadas relativamente à execução das obras de infra-estruturas do Bairro Mesquita. Seria do maior agrado que numa data festiva que se aproxima do Poder Local Democrático esta obra pudesse ser inaugurada.

- Saúda pela positiva a rapidez com que a Câmara Municipal disponibilizou maquinaria e pessoal para recolher cantaria do Arco Ferroviário. Aguarda por novos desenvolvimentos relativamente ao estudo da exequibilidade duma eventual reconstrução no futuro.

- Por ocasião das comemorações do aniversário da freguesia, em *Rio Frio* e, após ter sido editada uma obra que se pensa poder vir abrir uma janela e ser mais um contributo para a importância do património daquela Herdade mantém-se o repto. Não pode deixar de assinalar alguns comentários feitos por Membros do Executivo Municipal *(que não vai citar porque não estão presentes),* acerca do repto então lançado e que o deixaram surpreso e que punham em causa a possibilidade de se poder vir a fazer a classificação do aglomerado de Rio Frio como um conjunto de interesse patrimonial e municipal.

A Lei 159/99, referente às competências das autarquias locais, prevê a possibilidade plena de classificarem imóveis, com natural remissão para outros documentos legislativos que mencionam as condições em que tais medidas podem acontecer, mas o facto de a Herdade ser privada não constitui obstáculo.

Além da possibilidade antes enunciada existe uma outra hipótese também consignada na lei: o estabelecimento de Protocolos entre os proprietários da Herdade e entidades públicas e privadas com interesse em fazer de Rio Frio um Museu Vivo, tal como o Museu da Vinha e do Vinho.

Cada vez que há uma deslocação a Rio Frio descobre-se mais um tesouro. O mais recente foi: muito antes de qualquer Corporação de Bombeiros associativa de âmbito municipal funcionar no concelho, houve uma Corporação de Bombeiros em Rio Frio que data do início do séc. XX.

Deixa ao Executivo Municipal a sugestão concreta para criação de um grupo de *experts (a Câmara tem pessoas entendidas na matéria)* para, no âmbito do património, poderem começar a delinear um processo como anteriormente sugeriu, sob pena desse património desaparecer.

- Relativamente à *iluminação da Praça da Independência* – a sua avaliação é francamente negativa neste ponto, na medida em que na semana anterior a Praça ficou completamente às escuras durante seis dias.

Fez vários contactos com Funcionários da Câmara, Vereadores, Chefes de Divisão e o facto é que a Praça da Independência continua às escuras.

É desconfortante viver esta situação, ter de falar com os Munícipes do problema diariamente e ter dificuldades em lhes explicar o que se passa. Desconhece tratar-se de um problema técnico ou de negligência.

A Praça da Independência também precisa de uma intervenção de fundo o que implicará que se tenha de reflectir acerca do tipo de investimentos a serem efectuados e, por exemplo, a estipularem-se verbas para tal fim em sede de revisão orçamental a sujeitar a aprovação em Abril próximo, porque crê haver medidas imediatas que podem ser tomadas como beneficiação daquele espaço.

- Deixa o repto para uma possível constituição de uma Comissão Especializada da Assembleia no âmbito da *Saúde*.

Considera urgente a realização de um diagnóstico em matéria da *saúde* no concelho.

As situações agravam-se. Contacta diariamente com cidadãos a pedir ajuda para que as entidades competentes sejam pressionadas numa tentativa de resolver a endémica falta de profissionais de saúde, quer de médicos, quer de enfermeiros.

Os Postos de Saúde e as Extensões de Saúde debatem-se com este problema, para além do espectro do encerramento da Extensão de Venda do Alcaide.

Recentemente, atendendo à transferência de um profissional de saúde, os utentes foram incluídos numa lista de utentes sem médico.

Os números são preocupantes. Actualmente existem cerca de 13.000 utentes sem médico de família.

Pelo que conhece também a freguesia de Quinta do Anjo tem fortes problemas no âmbito da saúde.

Há fortes críticas em relação aos horários de funcionamento das instituições de saúde.

Considera importante que todas as forças políticas reunidas numa Comissão Municipal se ocupassem em realizar um diagnóstico desta situação e unissem todos os esforços, junto da Administração Regional de Saúde, para chamar a atenção para os problemas que nesta matéria o concelho vive.

Não gostava de ficar conformado com a resposta de que a falta de médicos de família é generalizada.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD começa por saudar o Presidente da Assembleia, Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social, Quadros da C.M.P. e Munícipes presentes.

Em relação à proposta apresentada pelo Sr. Carlos Guinote do BE, refere que, durante o último mandato autárquico como Vereador na C.M.P. propôs que fosse dada voz aos Eleitos da Oposição.

Considera que o Boletim Municipal tem um objectivo muito concreto: dar publicidade às deliberações do órgão Câmara Municipal. Contudo há uma outra publicação com excelente aspecto gráfico denominada *"Fórum Palmela"* que poderia servir para a Oposição também poder manifestar a sua opinião sobre várias matérias.

Está inteiramente de acordo com a proposta do BE, desde que a expressão da opinião da Oposição seja inscrita na publicação *"Fórum Palmela".*

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD aborda as seguintes temáticas:

— *Revisão do P.D.M. do concelho de Palmela* – Parece-lhe oportuno convocar-se uma sessão da Assembleia Municipal para efectuar o ponto de situação dos trabalhos de revisão do P.D.M. do concelho de Palmela, que considera ser o documento mais importante do mandato.

— *Planos de Urbanização (P.U.'s)* – Sabe que estão em fase muito avançada os processos dos P.U.'s de Quinta do Anjo, Cabanas e Pinhal Novo. Parece-lhe bem que antes da proposta final ser sujeita a aprovação, estes documentos pudessem ser apresentados numa sessão da Assembleia Municipal.

Estes documentos são de extrema importância na medida que defendem objectivos claros como sejam: evitar a perda da qualidade do território ameaçada pela degradação ambiental, pelo desvio das linhas de água, pela construção desmedida e, igualmente, por aspectos que não se dominam: os incêndios florestais, a seca, etc.. Todos estes aspectos contribuem para a degradação do território.

— *Clandestinos* - Tem constatado que a praga dos clandestinos continua a actuar nomeadamente numa freguesia já bastante martirizada: Poceirão.

Recorda que há cerca de dois anos e meio numa confrontação perante cinco novos loteamentos clandestinos no Poceirão tomou uma posição pública com efeitos práticos: o embargo aos loteamentos clandestinos e esteve publicamente ao lado da Sr.ª. Presidente da Câmara nesta matéria.

Espera que possam continuar a ter a mesma opinião sobre esta matéria.

É preciso actuar com firmeza em defesa do Estado de Direito e não se pode permitir que um proprietário, qualquer que ele seja, ou um construtor, seja ele quem for, venha avançar com loteamentos clandestinos.

Há imensas medidas que podem ser utilizadas: desde o embargo das obras à aplicação de coimas o mais elevadas possíveis e a tomada de acções visando repor a legalidade, nomeadamente o recurso a Tribunal, com dispensa do pagamento de custas como a Câmara de Palmela no anterior mandato propôs e passou, efectivamente e bem, numa lei da Assembleia da República.

A questão dos clandestinos preocupa-o muitíssimo e é necessário tomar medidas urgentes e drásticas.

— *Gripe das aves* – A Câmara de Palmela não deve ficar à margem do flagelo da gripe das aves; deve aplicar medidas de prevenção e, se necessário for, de combate a esta pandemia.

Na Europa há já uma quebra de 20% na procura de carne de frango e de pato. É um problema que vai exigir medidas extraordinárias de apoio aos produtores (o concelho de Palmela tem vários produtores avícolas), e está em causa um problema de saúde com uma vertente veterinária.

A Câmara Municipal talvez pudesse e devesse fazer uma acção de sensibilização das explorações e dos agentes económicos mais ligados à indústria avícola, de forma a que as pessoas estejam preparadas para os cuidados a ter e sejam adoptadas medidas preventivas, de modo a evitar o pânico sanitário.

A tomada de acções preventivas no âmbito da gripe das aves é de todo o interesse.

— *Oposição* – Reafirma o que tem dito noutras reuniões: o PSD faz Oposição com sentido de responsabilidade e com sentido de Estado.

Crê que em nada é útil à Oposição o excesso de verbalismo.

Quer na gestão municipal, quer na Oposição, deve dar-se aos concidadãos a ideia de que se promovem os interesses das populações, que vivem de forma tranquila, que não recorrem à política da emoção fácil, nem às lutas de pessoas por cargos; recorrem sim, a uma luta que tem a ver com projectos e medidas, com o fim último de zelar pelo interesse colectivo das populações do concelho de Palmela. É assim que fazem Oposição e podem ensinar a fazer "oposição" às pessoas que se interessem por tal.

Acerca da proposta formulada pelo Sr. Carlos José Guinote, o **Sr. Presidente da Mesa** refere que o Boletim Municipal é um boletim da responsabilidade do Executivo, cuja Directora é a Sr.ª. Presidente da Câmara e o mesmo deve reflectir unicamente o trabalho municipal.

Admite, em limite, que porventura se houvesse um Boletim da Assembleia Municipal se pudesse manifestar as opiniões dos Eleitos acerca de temas vários.

Nos termos em que foi feita a sugestão não lhe parece adequada a proposta.

O **Sr. Presidente da Mesa** dá a palavra à Sr.ª. Presidente da Câmara Municipal para intervir.

Sr.ª. Presidente da Câmara Municipal, Dr.ª. Ana Teresa Vicente cumprimenta o Presidente da Mesa, Membros da Assembleia Municipal e Munícipes.

Relativamente às questões colocadas pelos Srs. Membros da Assembleia, a **Sr.ª. Presidente** responde do seguinte modo:

- *Boletim Municipal* – Esta publicação periódica tem, do ponto de vista legal, a função e obrigação de informar os cidadãos sobre as decisões tomadas na Câmara Municipal e sua actividade. Esta questão não suscita dúvidas.

O Boletim Municipal foi apreciado por instâncias superiores e foi considerado como um bom exemplo da divulgação da actividade municipal. O que faz na direcção do Boletim, é exactamente a divulgação do que considera a actividade da Câmara.

Sobre a inserção das posições de cada Membro da Câmara e/ou Assembleia Municipal numa publicação da Câmara é uma questão que tem sido, efectivamente, discutida ao longo do tempo. Vale a pena reflectir sobre a mesma.

Aceita fazer a ponderação / reflexão sobre o tema, mas está de acordo com as opiniões já expressas de que não deverá ser o Boletim Municipal o espaço apropriado para o efeito. Poder-se-á, eventualmente, numa outra publicação destinar um espaço que reflicta a opinião dos Eleitos nos órgãos autárquicos do concelho.

Com as deliberações da Assembleia Municipal far-se-á o mesmo procedimento.

- *Loteamento em Algeruz* – A Câmara identificou que não foram abatidos sobreiros. A questão colocada é de saber se há ou não alteração do coberto vegetal, independentemente de não ter havido abate de sobreiros. Contudo, o loteamento foi embargado por decisão do Tribunal e as obras estão paradas.

- *Quanto a outra questão colocada pelo Sr. Carlos Guinote* (intervenção na E.N. 252) - Trata-se de um loteamento industrial com parecer favorável da Câmara Municipal.

Primeiramente a obra foi embargada pela C.M.P., porque iniciaram as obras com o parecer prévio da Câmara e sem licença do Instituto das Estradas, mas seguidamente foi apresentado o licenciamento daquele Instituto.

- *Catavento* – Confirma a exposição feita pelo Sr. Membro da Assembleia, Carlos Vitorino, relativamente ao recebimento do Catavento.

Está estabelecido um contrato entre a Câmara e os CTT para a distribuição desta publicação mensal, que não está a ser cumprido, por uma clara incapacidade destes.

Este assunto está em discussão com os CTT.

Aproveita para informar que foi tomada uma medida de distribuição de publicações, no âmbito das políticas de eficácia e eficiência, que consiste em deixar de endereçar as publicações. É claramente um serviço mais económico e, em vez da distribuição ser efectuada pelos CTT passará a ser feita por uma empresa. No caso do Catavento é diferente, porque é uma publicação específica e há pessoas claramente interessadas em o receber.

A observação apresentada pelo Sr Carlos Vitorino será devidamente ponderada.

- Em relação às questões abordadas pelo Sr. Engº. Carlos Martins foi tomada a devida nota por si e pelo Sr. Vereador José Charneira e serão tomadas diligências no sentido de a fiscalização averiguar o que se passa.

- Relativamente às questões apresentadas pelo Sr. Dr. Álvaro Amaro, Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, diz:

- Sobre a *iluminação na Praça da Independência:* – Tem nota da intervenção dos serviços camarários, mas não está em condições, no momento, de dizer porque não foi ainda desenvolvida a acção definitiva.A solução definitiva é complexa do ponto de vista técnico e bastante onerosa, mas todas as outras foram goradas não havendo outras alternativas. Juntamente com o Sr. Vereador José Charneira vai averiguar porque é que ainda não houve lugar à solução definitiva.
- Está inteiramente de acordo com as questões colocadas no âmbito da *Saúde*. Juntamente com os Srs. Vereadores Adília Candeias e Octávio Machado, na divisão de responsabilidades que têm, será tomada devida nota das sugestões apresentadas neste âmbito.

- Sobre as questões expostas pelo Sr. Dr. Bracinha Vieira:

- *Revisão do PDM* – Aguarda-se o momento mais adequado, do ponto de vista do desenvolvimento dos trabalhos, para propor ao Sr. Presidente da

Assembleia Municipal a marcação de uma sessão da Assembleia no âmbito desta temática.

- *Planos de Urbanização em curso* – Regista a sugestão do Sr. Vereador para efectuar o mesmo procedimento (apresentação dos PU's à Assembleia Municipal antes da sua finalização formal).

Clandestinos – A luta contra os clandestinos continua: pelos serviços da Câmara e em acções encetadas junto do Tribunal.

Foram surpreendidos com mais um loteamento clandestino que até tinha autorização da EDP para instalação da iluminação pública, o que é incompreensível, porque não exibiram qualquer título para obtenção de tal autorização.

Sr. Presidente da Mesa sugere à Sr.ª. Presidente da Câmara e Membros presentes a efectivação de uma visita pelo concelho e, nomeadamente, a zonas de clandestinos, ao que a **Sr.ª. Presidente** anuiu.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa,** dá início ao período da Ordem do Dia.

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Sr.ª. Presidente da Câmara faz a leitura da Introdução ao Relatório da Actividade Municipal.

Acrescenta algumas informações adicionais que não estão contidas no Relatório, designadamente:

- Foi instituída e tomou posse a Junta Metropolitana de Lisboa.
- Foi nomeado pela C.M.P. o novo Conselho de Administração da empresa municipal Palmela Desporto.
  O anterior Presidente do Conselho de Administração pediu, por razões pessoais e familiares, a sua suspensão de funções, facto pelo qual foi tomada a medida de nomeação do novo Presidente.
  O novo Presidente é o Sr. José Serra da Graça que era há alguns anos Assessor da Sr.ª. Vereadora Adília Candeias na C.M.P..
- Foi designado e será nomeado pelo ICN (Instituto de Conservação da Natureza), como representante das Câmaras Municipais na Comissão Directiva do Parque Natural da Arrábida, o Sr. Vereador José Charneira, que tomará posse e entrará em funções logo que o Sr. Secretário de Estado agende essa medida.

- Palmela foi um dos Municípios distinguidos com um prémio num concurso internacional – Europan -, com um projecto apresentado para a aldeia do Bacelo em Quinta do Anjo. Foi um dos projectos mais concorridos do ponto de vista das candidaturas e das propostas de trabalho apresentadas.
  Hoje recebeu a equipa portuguesa responsável pelo Europan e, provavelmente, a exposição e a cerimónia de atribuição de prémios poderá ocorrer em Palmela. Caso, se confirme, endereça desde já o convite a todos os Srs. Membros da Assembleia Municipal para participarem neste acontecimento, que deve ser muito interessante do ponto de vista do património e do que são hoje as propostas de arquitectura em Portugal e no mundo.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.
Não houve questões colocadas.

2 – Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Palmela.

Sr. Presidente da Mesa refere que fazem parte do grupo que analisou o Regimento da Assembleia Municipal de Palmela, para além de ele próprio, os Srs. António José dos Santos do PS, Carlos Miguel Vitorino do PSD, Luís Miguel Calha da CDU, e Carlos José Guinote do BE.

Refere que as alterações que o grupo de trabalho entendeu propor ao Plenário são as que enuncia:

- no art.º 3.º onde referia "suspensão de mandato" passar-se-á a designar "suspensão de mandato e substituição de membros da Assembleia";
- acrescentar-se o ponto 11 ao art.º 3.º que passará a ter a seguinte redacção "os membros da Assembleia Municipal podem também fazer-se substituir por períodos de tempo até 30 dias";
- acrescentar-se o ponto 12 com o seguinte texto "a substituição opera-se mediante simples comunicação por escrito dirigida ao Presidente e na qual são indicados os respectivos início e fim, sendo que a substituição pode ser comunicada no próprio dia da reunião, desde que o substituto tenha anteriormente sido empossado como Membro da Assembleia Municipal";
- no art.º 38.º que refere "a Assembleia Municipal pode constituir comissões permanentes e eventuais para qualquer fim determinado" acrescentar-se-á "nomeadamente a conferência dos representantes partidários";

O **Sr. Presidente da Mesa** refere que noutras sessões da Assembleia foi levantada, pelo Dr. Miranda Lemos, a questão de nas assembleias extraordinárias poder-se discutir um Período de Antes da Ordem do Dia onde os Munícipes interviessem.

Acerca deste ponto a comissão de trabalho constituída entendeu dever manter a metodologia em curso. Nas assembleias extraordinárias não há lugar ao Período de Intervenção dos Munícipes.

O **Sr. Presidente da Mesa** chama a atenção dos presentes para que, aquando da realização de reuniões, no âmbito das Comissões Permanentes e, por impossibilidade dos participantes estarem presentes, deverem os mesmos comunicar tal facto atempadamente para se poder, eventualmente, desmarcar a reunião nesse dia e marcar nova data com prévio aviso aos demais participantes.

Poder-se-á ainda, noutra ocasião, analisar a possibilidade dos Membros fazerem-se substituir nas reuniões das Comissões Permanentes.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 25 votos a favor (15 da CDU, 5 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

3 – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Palmela – Designação de Representantes (4)

Sr. Presidente da Mesa propõe a designação dos quatro representantes na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Palmela nos seguintes termos:

- o PS indica o Sr. António José Filipe dos Santos;
- a CDU indica: a Sr.ª. Maria da Graça Bastos e o Sr. António Raposo;
- o PSD indica a Sr.ª. Maria Celeste Oliveira.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 25 votos a favor (15 da CDU, 5 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

4 – Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Palmela – Designação de cidadãos (máximo de 20)

Sr. Presidente da Mesa refere que compete à Assembleia Municipal designar cidadãos de reconhecida idoneidade, até ao máximo de 20 elementos, para o Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Palmela.

Nesse sentido, formula a seguinte proposta:

Até 20 de Março de 2006, cada Partido Político representado na Assembleia Municipal deverá indicar nomes de cidadãos, para composição do Conselho Municipal, na seguinte proporção:

- a CDU indicará 10 cidadãos;
- o PS indicará 5 cidadãos;
- o PSD indicará 4 cidadãos;
- o BE indicará 1 cidadão.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 25 votos a favor (15 da CDU, 5 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 22.40 horas do dia 23 de Fevereiro de 2006, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 23 de Fevereiro de 2006